

**A FEMINIZAÇÃO NO JORNALISMO E O
POSICIONAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DE
JORNALISTAS MULHERES: UMA ANÁLISE DE
TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE 2012 A 2020**

**FEMINIZATION IN JOURNALISM AND THE POLITICAL-
IDEOLOGICAL POSITIONING OF FEMALE JOURNALISTS:
AN ANALYSIS OF PROFESSIONAL TRAJECTORIES FROM
2012 TO 2020**

**LA FEMINIZACIÓN DEL PERIODISMO Y EL
POSICIONAMIENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO DE LAS
MUJERES PERIODISTAS: UN ANÁLISIS DE LAS
TRAYECTORIAS PROFESIONALES DE 2012 A 2020**

Alexandre Stori Douvan¹
Paula Melani Rocha²

Resumo: O artigo analisa características do processo de feminização do jornalismo com recorte na auto-identificação político-ideológica de jornalistas mulheres respondentes dos questionários aplicados pelas pesquisas “Perfil do Jornalista Brasileiro” (2012) e “Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros” (2017). Entre os questionários, o país passou por uma série de manifestações políticas e sociais, iniciadas em 2013, que seguiram até o impeachment de Dilma Rousseff. A potencialização de movimentos sociais foram abordados em duas entrevistas realizadas em 2020, que elucidaram o momento histórico e uma nova percepção do trabalho jornalístico pelas profissionais, que passaram a perceber a influência ideológica da empresa em que trabalhavam sobre a prática jornalística. Os enfrentamentos profissionais em um contexto de crise política levaram essas profissionais a reafirmarem seus posicionamentos políticos à esquerda.

Palavras-chave: feminização do jornalismo. Trajetórias profissionais. Ideologia política. Crise no jornalismo. Estudos de gênero.

¹ Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas. Graduado em Jornalismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa. <https://orcid.org/0000-0002-3274-9089>. E-mail: douvanjornalista@gmail.com

² Doutora. Universidade Estadual de Ponta Grossa. <https://orcid.org/0000-0001-5525-6650>. E-mail: paulamelani@gmail.com.

Abstract: The article analyzes characteristics of the feminization process of journalism with a focus on the political-ideological self-identification of female journalists responding to the questionnaires applied by the surveys “Perfil do Jornalista Brasileiro” (2012) and “Professional Trajectories of Brazilian Journalists” (2017). In between the questionnaires, the country went through a series of political and social demonstrations, beginning in 2013, which followed until the impeachment of Dilma Rousseff. The empowerment of social movements was addressed in two interviews carried out in 2020, which elucidated the historical moment and a new perception of journalistic work by professionals who came to perceive the ideological influence of the company they worked for on journalistic practice. Professional confrontations in the political crisis led these professionals to reaffirm their political positions on the left.

Keywords: feminization of journalism. Professional trajectories. Political Views. The crisis in journalism. Gender studies.

Resumen: El artículo analiza características del proceso de feminización del periodismo con foco en la autoidentificación político-ideológica de mujeres periodistas que respondieron a los cuestionarios aplicados por las encuestas “Perfil do Jornalista Brasileiro” (2012) y “Trayectorias Profesionales de Periodistas Brasileñas” (2017). Entre los cuestionarios, el país pasó por una serie de manifestaciones políticas y sociales, a partir de 2013, que siguieron hasta el impeachment de Dilma Rousseff. El empoderamiento de los movimientos sociales fue abordado en dos entrevistas realizadas en 2020, que dilucidaron el momento histórico y una nueva percepción del trabajo periodístico por parte de los profesionales, que llegaron a percibir la influencia ideológica de la empresa para la que trabajaban en la práctica periodística. Los enfrentamientos profesionales en un contexto de crisis política llevaron a estos profesionales a reafirmar sus posiciones políticas de izquierda.

Palabras-clave: feminización del periodismo. Trayectorias profesionales. Ideología política. Crisis del periodismo. Estudios de género.

Submetido 30/10/2021

Aceito 20/10/2022

Publicado 07/11/2022

Introdução

A reflexão proposta tem como objeto a percepção de jornalistas mulheres sobre as crises política e social que se estabeleceram no Brasil entre 2013 e 2017, a partir do recorte da feminização da profissão. No país há predomínio de mulheres jornalistas (MICK; LIMA, 2013) que ocupam os postos de trabalhos, mas a cultura profissional ainda carrega demarcações masculinas (SILVA, 2014) e as relações de trabalho são generificadas (ROCHA, 2019). Estudar o processo de feminização no jornalismo compreende observar os deslocamentos no mercado de trabalho e na identidade profissional a partir das profissionais mulheres, sem descartar as amarras relacionais com o contexto social, cultural, econômico e político. O período de análise traz demarcações contextuais e se fundamenta nos dados coletados por duas pesquisas de amplitude nacional: o *Perfil do Jornalista Brasileiro* (MICK; LIMA, 2013) de 2012, e a pesquisa *Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros*³, de 2017. O questionário de 2012 foi reaplicado aos mesmos respondentes em 2017. Foram 1.233 jornalistas que responderam os dois questionários e, a partir desse escopo, procurou-se compreender qual o perfil político-ideológico dos e das jornalistas, bem como demarcações de feminização, uma vez que se trata de uma discussão presente na situação de crise e polarização política no país que se estende desde 2013.

A análise empregada neste artigo realiza triangulação entre trabalho, gênero e posicionamento político. Assim, é pertinente mencionar que o processo de feminização do jornalismo brasileiro se acentuou na segunda metade do século XX, motivado por fatores externos e internos à profissão.

Desde o século XIX, as mulheres lutavam pelos direitos à educação formal, à participação política e pelo ingresso no mercado de trabalho assalariado. No jornalismo, a imprensa feminina e a feminista se configuraram como espaços para debater essas reivindicações (DUARTE, 2016; BUITONI, 2009). A participação das mulheres na imprensa convencional ocorreu de forma gradativa e intensificou-se com a implementação dos cursos de

³ A equipe da pesquisa do *Perfil do Jornalista Brasileiro* foi liderada pelo professor Dr. Jacques Mick, do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Já a *Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros* é liderada pelo professor Dr. Felipe Simão Pontes, do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

graduação em Jornalismo no país após 1947. Com o Decreto-Lei 972, de 17 de outubro de 1969 e alterações posteriores (DL 65.923 e DL 83.284), a profissão foi regulamentada, exigindo o curso superior de Jornalismo para o exercício da atividade⁴ (Rocha, 2019). Isso levou à consumação da participação feminina na profissão, que na primeira década do século XXI, ultrapassou os homens em números (MICK; LIMA, 2013).

O movimento de feminilização da profissão, sinônimo de um aumento quantitativo de mulheres, descortinou outro fenômeno, a feminização do jornalismo, caracterizado por deslocamentos qualitativos generificados, que não correspondem necessariamente a apenas aspectos positivos na equidade das relações de trabalho entre gêneros, na organização e divisão sexual do trabalho, na própria ocupação do mercado de trabalho, bem como no desenvolvimento das práticas profissionais e nas percepções. De acordo com Hirata e Kergoat (2008), a divisão sexual do trabalho e suas modalidades envolvem dois princípios organizadores presentes em sociedades distintas e que não são imutáveis: a separação entre o trabalho de homens e o trabalho de mulheres; e uma hierarquização, em que o trabalho realizado pelos homens tem mais prestígio e reconhecimento do que o desenvolvido pelas mulheres.

Rocha (2019), fundamentada na discussão de Yannoulas (2011, p. 286), entende a feminização do Jornalismo como uma categoria de análise em movimento “em processos capitalistas contemporâneos”, viável para os estudos em jornalismo sobre cultura profissional e mercado de trabalho em intersecção com estudos de gênero. Investigar o fenômeno da participação feminina na profissão pela perspectiva da feminização como categoria compreende um exercício de descrição e interpretação das mudanças no mundo do trabalho e na profissão com viés de gênero. Para Yannoulas (2011), há uma intrínseca relação entre o movimento de feminilização e o fenômeno de feminização de determinada profissão ou ocupação (caracterização e tipificação), provocando significações estruturais nesta profissão ou ocupação que passa a absorver demarcações de gênero tradicionais no exercício da atividade.

Com o ingresso massivo de mulheres, diminuem as remunerações e o trabalho perde prestígio social. Sob outra perspectiva, quando as profissões se feminilizam, passam a ser entendidas como extensão no espaço público da função privada de reprodução social (função dos cuidados). Assim, ao analisar a mudança na existência objetiva de uma profissão (feminilização), é necessário entender como e por que aconteceu a

⁴ A obrigatoriedade do diploma para o exercício do Jornalismo no Brasil foi aprovada em 1969. Em junho de 2009 foi derrubada em votação no Supremo Tribunal Federal (STF).

mudança (feminização de atributos, características descritivas que determinam e regulam o exercício da profissão ou ocupação). (Yannoulas, 2011, p.84-85).

De maneira contextual, é importante lembrar que em 2012 tiveram início movimentos populares em algumas cidades brasileiras contra o aumento das tarifas de transporte público. Em 2013 as manifestações se intensificam, culminando em protestos durante o mês de junho em capitais e no interior do país. As bandeiras ampliaram, em primeiro momento contra a violência policial, o gasto público com a Copa do Mundo e, após as eleições de 2014, parte dos manifestantes pediam o impeachment de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT), que à época presidia o país. Para Souza (2017) e Miguel (2018), grande parte das manifestações contra Dilma Rousseff tinha cunho machista e misógino. O teor das manifestações, alinhado a ações de grupos políticos que delas se beneficiaram e à crise econômica provocaram instabilidade política. A instabilidade levou a reações sociais, como o crescimento de movimentos sociais que denunciavam agressões históricas, como o feminismo e os movimentos negro e LGBT (SOUZA, 2017; MIGUEL, 2018). Todas essas ocorrências de crise política-econômica e a potencialização de movimentos sociais se deram no período entre os questionários.

O campo do jornalismo viveu, nesse interim, crises internas de mudança de paradigma (CHARRON; DE BONVILLE, 2016), de credibilidade, enxugamento dos postos de trabalho, precarização e flexibilização do trabalho (FÍGARO, 2013; KIKUTI, ROCHA, 2018; MICK, PONTES E DOUVAN, 2019), ocasionando o fechamento de empresas jornalísticas, queda de circulação de jornais e desemprego de profissionais. Segundo dados do projeto A Conta dos Passaralhos⁵ (VOLT LAB DATA, 2018), entre 2012 a 2017, foram notificadas 2.123 demissões de jornalistas em redações e um total de 7.277 demissões em empresas de mídia de forma coletiva.

Nesse contexto de embates nacionais e internos ao próprio campo, os jornalistas manifestaram significativa mudança no posicionamento político-ideológico em 2017 em relação a 2012 (MICK, PONTES, DOUVAN, 2019; DOUVAN, PONTES, 2019) e as mulheres constituíram o grupo que mais se inclinou à Esquerda em 2017, enquanto os homens se

⁵ O projeto foi desenvolvido pela agência de pesquisa Volt Data Lab de 2012 a 2018, contabilizando o número de demissões coletivas em empresas jornalística no Brasil, a partir de dados disponíveis pelo Ministério do Trabalho. Disponível em: <<https://passaralhos.voltdata.info>>. Acesso em: 29.abr.2022.

mostraram mais voltados à posição Centro-esquerda. Essas alterações no quadro geral de posicionamento dos jornalistas instigaram a pesquisar sobre as vivências profissionais e perspectivas políticas de jornalistas mulheres pelo viés de gênero, em busca de apreender aspectos da feminização dentro do recorte proposto nesta discussão.

Metodologia

A fase inicial da pesquisa compreendeu o cruzamento e análise das respostas dos questionários aplicados pelas pesquisas *Perfil do Jornalista Brasileiro* (2012) e *Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros* (2017), com recorte nos dados sociodemográficos e políticos. Entre as questões está a identificação política-ideológica desses profissionais. Nos dois questionários foi realizada a mesma pergunta: “Como você define sua posição ideológica?”. Havia nove opções de resposta: extrema-esquerda, esquerda, centro esquerda, centro, centro direita, direita, extrema direita, nenhuma das alternativas e outro (qual?).

A auto-identificação ideológica é um recurso limitado para se ter clareza acerca do posicionamento político de indivíduos e sua relação com o campo profissional em que atuam. Nesse sentido, Almeida (2001) pondera que o posicionamento numa escala ideológica não quer dizer que haja total compreensão acerca do significado dos termos. Entretanto, conforme apontam Mick, Pontes e Douvan (2019, p. 5), “escolaridade e sofisticação política” são elementos a serem considerados, pois pessoas com curso superior ou acesso à informação política razoável tendem a uma melhor compreensão da escala proposta pelos questionários.

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizaram-se entrevistas com respondentes dos questionários⁶. A seleção das entrevistadas primou pela pluralidade no espectro ideológico, assim foram enviados 30 e-mails para homens e mulheres de diferentes faixas-etárias e vínculos empregatícios. Ao final, duas jornalistas aceitaram participar da entrevista, um negou e 27 não responderam⁷.

⁶ As entrevistas foram realizadas após deferimento de inscrições dos membros do grupo de pesquisa *Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros: um estudo qualitativo de gênero, cor e faixa etária no contexto de crises (2012-2022)*, no Comitê de Ética da Plataforma Brasil, com número CAAE 23834919.1.0000.0105.

⁷ O desenvolvimento da pesquisa qualitativa se deu durante o período da pandemia da COVID-19, o que promoveu a necessidade das entrevistas serem realizadas por videoconferência, em respeito ao distanciamento social. Além disso, no campo profissional esse período trouxe algumas modificações nas rotinas de trabalho e no mercado em

As duas entrevistadas estudaram em escolas e universidades públicas, trabalharam no mesmo jornal em períodos concomitantes, uma como *freelancer* e outra com vínculo formal. As duas não apresentaram mudança de espectro em seus posicionamentos políticos entre os questionários, mas nas entrevistas revelaram que após as turbulências políticas de 2013 – que enfrentaram atuando como repórteres – tiveram clarificados os motivos para afirmarem seus posicionamentos. As semelhanças terminam por aqui. Uma delas investiu na carreira docente, passou por um site de jornalismo independente e, por fim, ingressou na assessoria do governo estadual por meio de concurso público; a outra deixou a empresa em que trabalhou por quase 10 anos para atuar como *freelancer*. Ambas vivenciaram o avanço da crise política, econômica e as transformações do campo do jornalismo por diferentes pontos de vista. A observância desses fatores pode fornecer pistas para uma análise de como a crise política e social se abate sobre diferentes cepas da profissão.

Pereira (2014, p. 48) considera a entrevista um método interessante para pesquisas em Ciências Sociais, pois “as narrativas individuais podem ser reveladoras de aspectos da cultura, das normas institucionais e das estruturas de uma sociedade”. Mas o próprio Pereira (2014, p. 48) ressalta que o pesquisador precisa estar preparado para não tratar toda resposta como “realidade objetiva”, mas sim “como um discurso a ser interpretado, trabalhado e questionado”. Dessa maneira, as entrevistas precisam ser tomadas como um método de obter informações dos sujeitos, sempre considerando que estes se inserem em um conjunto social mais amplo, o qual conta com regras de ação instituídas. A análise das entrevistas leva ao método de objetivação e triangulação metodológica, que considera o máximo de elementos objetiváveis presentes na narrativa das pessoas entrevistadas, que aqui consideramos tanto na questão das condições materiais de trabalho quanto nas reflexões ancoradas em conceitos e normas do jornalismo.

Pereira (2014) cita Becker (1982) e fornece cinco pressupostos para sustentar a análise das entrevistas, sendo eles: 1) a relação do discurso com as normas e estruturas da carreira; 2) a observância de como a entrevistada se situa na carreira, as posições que ocupa, incluindo salário, reputação, legitimidade etc.; 3) o histórico pessoal em relação ao profissional, levando em conta a trajetória na profissão; 4) a ideologia profissional que, de acordo com Pereira (2014), exerce influência sobre a escolha da profissão e orienta a visão e a criação de sentido para o

jornalismo, como medidas de distanciamento nas redações, redução do quadro de funcionários e, de acordo com o Sindicato dos Jornalistas do Paraná, uma redução média de 25% nos salários.

trabalho; e 5) a compreensão do grau de desconfiança sobre o discurso que o sujeito faz sobre si, uma vez que reconstitui trechos do próprio passado e seleciona as questões a serem narradas, assim não se pode tomar os discursos por si como fatos objetivos.

As entrevistadas são descritas como *J1* e *J2*. A *J1* é mulher, tinha entre 18 e 22 anos no questionário de 2012, branca e com formação superior em Jornalismo em universidade estadual. Em 2017 declarou ter um emprego com jornada de 5 a 8h diárias e renda mensal de 3 a 4 salários mínimos. Trabalhava em uma grande empresa há menos de um ano, naquela ocasião como freelancer, e havia ingressado via *trainee*. Na empresa em que trabalhava havia 51 jornalistas. É filiada ao SindJor, não tem filiação partidária e se declarou de Centro-Esquerda em ambos os questionários, mas se diz de Esquerda na entrevista. Em relação ao trabalho, não se diz nem satisfeita nem insatisfeita. cursou mestrado acadêmico.

A *J2* é mulher, declarou-se na faixa etária de 23 e 30 anos em 2012, parda e com formação superior em Jornalismo por universidade federal. Residente no Paraná, tinha jornada de 5h a 8h por dia, com renda mensal de 3 a 4 salários mínimos. Entrou no emprego como continuação de estágio, mas assim como a *J1* também não conta com a carteira assinada. Foi repórter no jornal, que é uma grande empresa. Não se dizia satisfeita nem insatisfeita com o trabalho que desempenhava. Tem mais de cinco anos de experiência profissional, mas quando respondeu ao questionário de 2017 fazia apenas um ano completo que ela estava no referido emprego. Havia recentemente se desfilado de outro sindicato e alegou ainda não ter tido tempo para procurar a filiação ao sindicato dos jornalistas do Paraná. Não tem filiação partidária e se disse de Esquerda em ambos os questionários. Possui mestrado acadêmico.

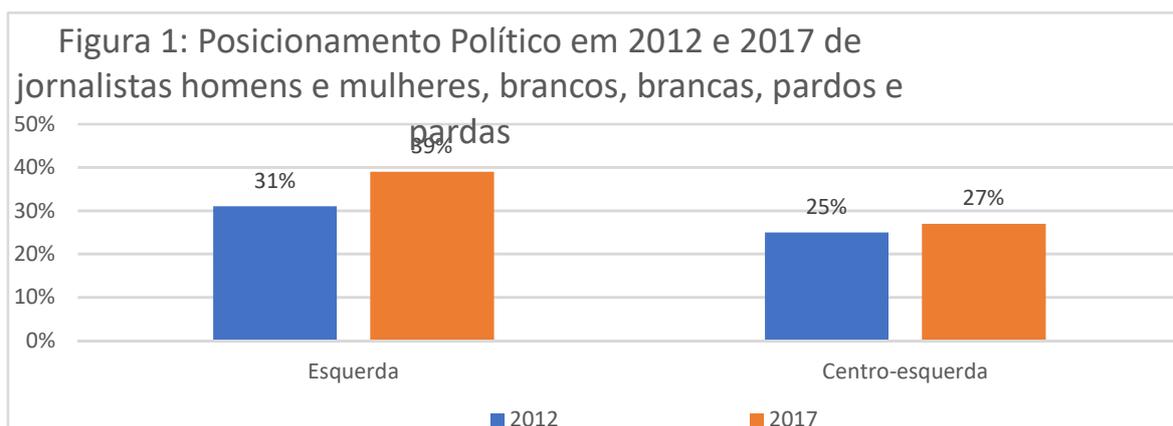
Os câmbios no posicionamento político entre 2012 e 2017

O conjunto dos dados sobre os posicionamentos ideológicos aferidos nos questionários se apresentam aqui como retrato das alterações dos ânimos políticos daquele período, dentro do grupo profissional jornalístico. Notadamente atacados pelos grupos à direita e extrema-direita (conforme relatam as entrevistadas), os e as jornalistas ao invés de camuflar seus posicionamentos passaram a reafirmá-lo – ou, então, a se reconhecer enquanto trabalhadores dentro das dinâmicas laborais e de ataques políticos. Os dados mostram que o corpo de jornalistas entrevistados era, já em 2012, predominantemente de Esquerda (31%) e Centro-Esquerda (25%) e, em 2017, a Esquerda teve aumento de 8% no número de adeptos, passando

a representar 39% dos jornalistas entrevistados. Esse significativo aumento da adesão ao posicionamento se deu por parte das mulheres. Entre elas, 30% se identificavam com a Esquerda em 2012, número que saltou para 41% em 2017, enquanto entre os homens passou de 32% para 35%.

Já a oscilação da Centro-Esquerda de 25% para 27% percebida no quadro geral foi puxada pelos homens, que tiveram uma oscilação positiva de quatro pontos em relação aos 29% que aderiam ao posicionamento em 2012. Esse movimento de mulheres ampliando a adesão à Esquerda e os homens à Centro-Esquerda se manifesta também em outros cruzamentos que serão vistos a seguir.

Tanto entre as mulheres quanto entre os homens nota-se decréscimo na adesão a “Nenhuma das Alternativas” (NDA). Entre as mulheres a opção saiu de 28% de adeptas para



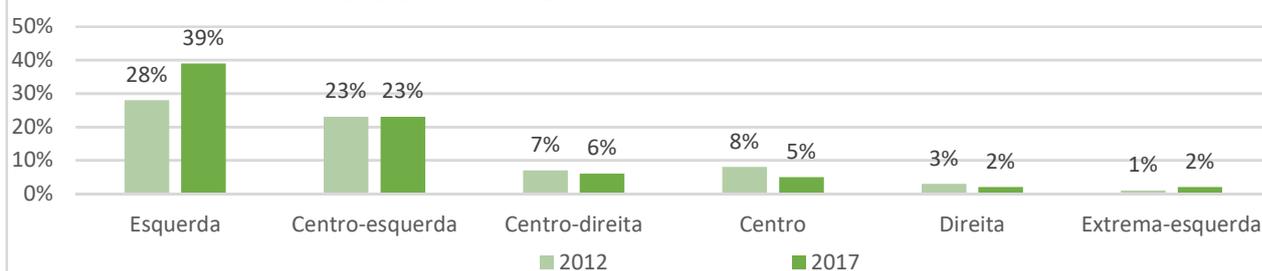
Fonte: Perfil do Jornalista Brasileiro (2012) e Trajetórias profissionais dos Jornalistas Brasileiros (2017).

20%; entre os homens caiu de 18% para 8%. Esses movimentos culminaram em igual redução de 8% da opção no quadro geral, no qual tinha 24% de adeptos em 2012 e passou pra 16% em

2017. Centro, Centro-Direita e “Outro. Qual?” (OQ) não tiveram qualquer oscilação acima de 3% entre homens e mulheres.

O ponto nevrálgico está em observar a alteração de posicionamento das mulheres brancas, pois constituem o maior grupo, com 560 pessoas. São elas que ditam o padrão de aumento na adesão à Esquerda, redução considerável de NDA e oscilação dos demais grupos. Em 2012, eram 28% que se auto-definiam de Esquerda e 23% de Centro-esquerda. A Esquerda teve acréscimo de 11 pontos, passando portanto a 39% em 2017, enquanto a Centro-esquerda manteve o percentual inalterado. As posições Centro-direita, Centro e Direita oscilaram negativamente. A Centro-direita passou de 7% para 6%, enquanto Centro foi de 8% para 5% e Direita de 3% para 2%. NDA foi a resposta que mais caiu, com redução de cinco pontos

Figura 2: Posicionamento Político das jornalistas mulheres brancas em 2012 e 2017



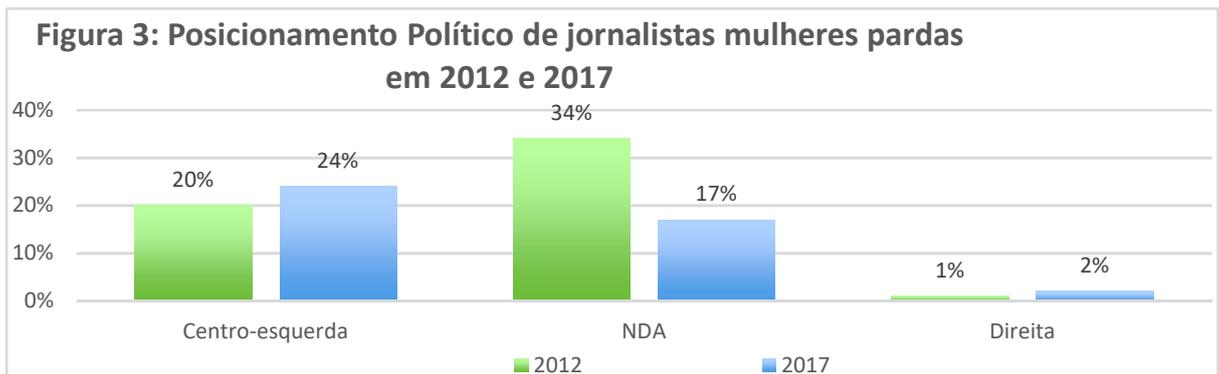
Fonte: Perfil do Jornalista Brasileiro (2012) e Trajetórias profissionais dos Jornalistas Brasileiros (2017).

percentuais de um questionário para o outro. Marcava 26% em 2012, passando a 21% em 2017. OQ manteve 3% em ambos os questionários. A Extrema-esquerda oscilou de 1% para 2%. A Extrema-direita não chegou a pontuar em nenhum dos questionários.

Entre os homens brancos, que são 340, há sutis diferenças com relação às mulheres e aos homens pardos. A Direita, por exemplo, representa 3% em ambos os questionários e a Extrema-direita aparece em ambos com 1%. A Esquerda não registrou aumento, apenas uma oscilação positiva de um ponto, saindo de 33% para 34%. A Extrema-esquerda também oscilou positivamente de 1% para 2%. OQ e Centro-direita apresentaram oscilação negativa, com o primeiro saindo de 4% para 3% e a última de 5% para 4%. Isso enquanto a indicação Centro oscilou positivamente de 8% para 9%. As mudanças mais significativas foram na Centro-

esquerda, que subiu cinco pontos, de 27% para 32%; e NDA, que teve queda de sete pontos, saindo de 18% para 11%.

Entre as pessoas pardas, que são o segundo maior grupo de entrevistadas, também houveram mudanças. Entre as mulheres que assim se identificam há 143 respondentes e a modificação do posicionamento foi diferente do das brancas (Figura 3), com aumento de quatro



Fonte: Perfil do Jornalista Brasileiro (2012) e Trajetórias profissionais dos Jornalistas Brasileiros (2017).

pontos da Centro-esquerda, que passou de 20% para 24%, redução de 17 pontos de NDA, que saiu de 34% para 17% e oscilação positiva da Direita, que tinha 1% e passou a 2%. Todavia, devido ao alto número de mulheres e a baixa representatividade das mulheres pardas (correspondem a 20,3% das respondentes mulheres), no tocante a Centro-Esquerda não chegaram a alterar o quadro geral.

Entre os homens pardos, a adesão à Esquerda e à Centro-esquerda é amplamente maior, com ligeira vantagem para a Centro-esquerda em relação aos homens brancos. Em 2012, 30% desses homens se declaravam adeptos da Esquerda, tendo aumento de oito pontos em 2017. Já a Centro-esquerda tinha 38% em 2012 e oscilou positivamente dois pontos em 2017. A Direita não pontuava em 2012, mas corresponde a 2% do total em 2017. O Centro caiu de 8% para 3%, enquanto a Centro-direita saiu de 3% para 7%. OQ teve oscilação negativa, saindo de 2% para 1%. A Extrema-esquerda aparecia com 2% em 2012 e sequer pontuou em 2017. NDA seguiu o padrão de redução. Tinha 17% do total em 2012 e 9% em 2017. Os dados dos movimentos político-ideológicos surtiram a necessidade em ouvir profissionais para compreender quais fatores interferiram nas suas escolhas e como se manifestaram nas suas trajetórias profissionais em um cenário político e social desenhado a partir de 2012.

Resultados e discussão: posicionamento político-ideológico das jornalistas

Ao observar as influências sobre a escolha da profissão, as duas entrevistadas consideram que o contato com as Ciências Humanas no ensino médio pesou na opção pela carreira de jornalista. A *J1* aponta que apesar de ter cursado o ensino médio em uma escola técnica, "muitas pessoas [colegas de escola] acabaram indo para cursos de Humanas e Sociais porque tínhamos uma formação sólida de Filosofia, Sociologia, Geografia – para mim principalmente – acabaram levando ao interesse pelo Jornalismo, pela leitura crítica das coisas”.

O que a entrevistada chama de “leitura crítica” é importante, pois vale-se de ideais da profissão para justificar uma escolha que tomou nos tempos em que era estudante secundarista. Nessa defesa, o jornalismo se apresenta como uma profissão que vai além do senso comum dos discursos repercutidos popularmente, implica uma visão abalizada, com profundidade e capacidade de identificar o que há de anormal “nas coisas” (*J1*, 2020) da comunidade em que se insere. Esse tipo de discurso também é utilizado pelos profissionais do jornalismo quando confrontados a explicar a validade do jornalismo para a sociedade.

O discurso que evoca o gosto por Filosofia, Sociologia e Geografia (neste caso voltada à geopolítica) explicita o contato profícuo com essas áreas na formação da identidade pessoal. Essas inclinações convergem com campos de estudo que fazem parte da formação do jornalista e com o que é postulado como “especialista em generalidades” – aquele que sabe um pouco de cada área, apoia-se em especialistas e replica conhecimentos de outros campos, articulados com as questões de realidade narradas no texto jornalístico (MEDITSCH, 1997) – da ideologia profissional própria do campo (TRAQUINA, 2005).

A *J2*, por sua vez, explica a decisão de ingresso na profissão mobilizando uma perspectiva de idealização do impacto da profissão na sociedade. Aponta que sempre foi “muito adepta à ideia de que o jornalismo é um instrumento de transformação e não apenas de informação”. Na mesma resposta a entrevistada deixa transparecer um ponto identitário importante na medida em que diz ter no jornalismo um meio para ampliar o alcance “daquilo que penso e de **potencializar as lutas nas quais acredito**” (*J2*, 2020, grifo nosso). A resposta explicita que para a *J2*, o jornalismo sempre lhe afigurou como algo conectado com a orientação e formação ideológica de quem o produz.

Tanto nos questionários aplicados em 2012 e em 2017 quanto nas entrevistas qualitativas, foram questionados a percepção política e o posicionamento ideológico. Logo de

início é importante que se atente para o gênero como um conceito político, como aponta Miguel (2018). O autor pontua que as relações de dominação nas sociedades estão intimamente relacionadas com a questão de gênero, e isso proporciona um modelo de formação geração a geração em que os espaços sociais são permeados e institucionalizados com base nessa relação de dominação. Scott (1990) concebe o gênero como uma categoria de análise que se apresenta primeiramente no campo das relações de poder, expressas em condutas que direcionam as relações entre homens e mulheres na organização social. "O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas" (Scott, 1990, p. 16).

Em diversas áreas de atuação profissional as diferenças de tratamento se evidenciam de acordo com o gênero. Mulheres foram historicamente relegadas a funções consideradas de menor prestígio, enquanto os homens assumiam os créditos e as mais prestigiadas atividades. Com o passar das décadas, notou-se aumento no número de mulheres no jornalismo, movimentos de feminilização e de feminização, mas que não garantiram o reconhecimento salarial ou prestígio às mulheres que tivessem o mesmo desempenho, ou melhor que os homens (Rocha, 2019). O que se procura demonstrar é que as condições de trabalho de mulheres e homens são historicamente diferentes, mesmo no exercício de funções similares (Bandeira, 2019; Lelo, 2019). Bandeira (2019) analisou as concentrações vertical e horizontal do processo de trabalho em jornalismo, no Brasil e em Portugal, com foco no processo de feminização e na ocupação dos cargos de chefia intermediários. A pesquisadora mostra que há um aumento de mulheres nos cargos de chefia intermediários, porém as carreiras são mais curtas, há interrupções na trajetória profissional, dupla jornada e falta de políticas públicas. O estudo revela as diferentes percepções geracionais nas relações de gênero entre pares profissionais e chefia, marcadas pelo tempo, sobretudo das mulheres (BANDEIRA, 2019).

Rocha (2019) demonstra que nos últimos anos as mulheres passaram a ser maioria no campo do jornalismo (51,55%), mas ainda assim são minoria na forma de contratação com carteira assinada (44%). Leite (2015), a partir dos dados da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) e da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), aponta que o mercado informal atualmente abarca 51% do total de jornalistas, um dos sinais das transformações e precarização do mercado de trabalho de jornalistas no início do século XXI.

Tanto para Rocha (2019) quanto para Miguel (2018) a política cabe como um critério de análise das relações de trabalho e das relações de poder nos campos profissionais em sociedades democráticas. No que se desenvolve a seguir, a política é compreendida a partir de 2013, com as turbulências do cenário político nacional, bem como a efervescência de movimentos sociais que ganharam as ruas e atualmente vêm galgando espaços na mídia.

A *J1* considera que de 2013 em diante houve acirramento nos discursos avessos ao jornalismo e aumento significativo dos ataques e pressões aos jornalistas e empresas jornalísticas. Aponta que “talvez o que vemos hoje de ‘ódio à imprensa’, vamos dizer assim, já venha daquela época. Talvez por ser uma mulher de esquerda presindo o governo naquele momento, dependendo do lugar onde você ia fazer uma cobertura já havia certa aversão, vamos dizer assim” (*J1*, 2020). O período ao qual a entrevistada se refere foi marcado pelas turbulências políticas que culminaram no golpe que depôs Dilma Rousseff da presidência da república em 2016 (*MIGUEL*, 2018).

Ela ressalta que não é uma jornalista muito experiente, portanto não vivenciou outras épocas na atividade profissional. Para ela, a maneira como as lideranças políticas se comportam gera influência sobre as ações da sociedade, principalmente entre os grupos ideologicamente alinhados com tais líderes.

a forma como o atual presidente [*Jair Messias Bolsonaro*] se comporta nas redes, essa postura raivosa contra os jornalistas tem refletido na forma como as pessoas veem o jornalismo também. Da mesma forma como o discurso dele pró-armas ‘tirou todos esses armamentistas do armário’, o pessoal que detestava a imprensa saiu junto (*J1*, 2020).

As falas sobre truculências em determinados ambientes para a cobertura de pautas políticas enquanto se desenhavam os movimentos contra Dilma Rousseff e a postura antagonista de *Jair Bolsonaro*⁸ ao jornalismo, demonstram que a ótica geral que se tem do jornalismo é que seja um ofício ligado a posições à esquerda do espectro político-ideológico⁹.

⁸ *Jair Bolsonaro*, então filiado ao Partido Social Liberal (PSL) foi eleito presidente do Brasil em 2018 e assumiu o cargo em 1º de janeiro de 2019.

⁹ Segundo o Relatório da Violência contra Jornalistas e liberdade de imprensa organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), em 2019 foram registrados 208 ataques contra veículos jornalísticos, um aumento de 54,07% em relação a 2018, com 135 ocorrências. O maior agressor foi o próprio presidente da República que sozinho foi responsável por 121 ocorrências (58,17% do total). Disponível em: <<https://fenaj.org.br/ataques-a-imprensa-explodem-com-bolsonaro/>>. Acesso em: 15.jun.2020.

Uma série de estudos demonstram que a questão política é presente na vida dos jornalistas e guardam similitudes entre um e outro país, como os estudos de Lichter e Rotham (1982; 1988), e, no Brasil, Mick e Lima (2013) demonstram que os jornalistas declaram-se majoritariamente de esquerda, com indicadores chegando aos 70%. Lichter e Rotham (1982; 1988) descrevem que o posicionamento político-ideológico dos profissionais está alicerçado em suas bases sociais, familiares e financeiras; querem dizer que a forma com que a pessoa encara o mundo é associada com suas condições de existência. Mick e Lima (2013) demonstraram que os jornalistas brasileiros – bem como os estadunidenses entrevistados por Lichter e Rotham (1982) – indicaram-se majoritariamente inclinados a um posicionamento político-ideológico de esquerda em 2012, mas os entrevistados foram submetidos a um novo questionário cinco anos depois (2017)”, no qual se verificou que os profissionais se mantiveram à esquerda do espectro político, com significativa adesão das mulheres – aumento de 30% para 41% –, que no questionário anterior (2012) diziam ter outro posicionamento.

Como as mulheres se apresentam em maioria no campo profissional (MICK, LIMA, 2013; ROCHA, 2019) e no escopo no qual esta pesquisa¹⁰ toma base, a mudança de posicionamento que tiveram gerou significativa alteração nos números do quadro geral do posicionamento político (DOUVAN; PONTES, 2019). Urge compreender que razões primaram para que essas profissionais se declarassem em maior número à esquerda em 2017. As entrevistas apontaram que o compartilhamento de espaços e as condições sociais de existência geraram influência sobre como essas pessoas encaram os encontros com o mundo, bem como a instrução formal fundamental e superior forneceram subsídios para que avaliassem o ambiente em que vivem. Entretanto, quando questionadas sobre as condições de trabalho, as respostas revelam que os movimentos da política nacional e movimentos sociais provocaram um olhar crítico sobre suas próprias condições.

Teóricos como Darnton (1990) são céticos quanto aos estudos sobre o perfil político dos jornalistas, muito por conta de afirmar que essas pesquisas mostram os jornalistas como majoritariamente de esquerda, entretanto na prática a classe costuma reproduzir o *status quo* – que considera de inclinações conservadoras. Essa questão já foi debatida por Mick, Pontes e Douvan (2019), os quais apontam que a produção jornalística obedece a ordens e rituais que

¹⁰ 753 mulheres e 479 homens responderam aos questionários “Perfil do Jornalista Brasileiro” e “Trajetórias Profissionais dos Jornalistas Brasileiros”.

agem sobre o produto final e que nem sempre correspondem com as crenças do produtor. Os constrangimentos ideológicos por parte dos chefes imediatos e/ou patrões também são fatores de importância, como também se verifica nas respostas das entrevistadas no presente artigo.

A *J1* se declara abertamente de Esquerda e garante ser um posicionamento que já trazia em sua vida desde antes do ingresso no jornalismo “mas eu não sabia que fosse algo que tivesse influência tão direta na minha vida”. Desde a adolescência o pensamento político de esquerda se faz muito presente em sua vida: “o ensino fundamental, para mim, foi uma experiência política e o ensino médio só fortaleceu isso; quando comecei no jornalismo, aí entendi onde é que eu estava no mundo” e complementa que a vida profissional não é dissociada da política, pois “a visão de mundo que tenho na hora de fazer uma reportagem ou de assistir a um jornal e entender o que se passa vai nessa linha” (*J1*, 2020).

Os fatores educacionais possibilitaram o contato com perspectivas políticas que serviram-lhe para compreender o mundo em que vive de tal maneira que os trata como “experiência política” nos ensinamentos fundamental e médio, com discussões e contato com pensamentos variados através das disciplinas do currículo. Afirma que foram importantes elementos na constituição de sua identidade e promoveram a atração para o jornalismo, que a entrevistada descreveu como um campo de possibilidades de atuação voltadas aos interesses da sociedade. E isso não para por aí, pois a maneira como vê o jornalismo e como desempenha seu trabalho são perpassados pela perspectiva pela qual a profissional encara os acontecimentos no mundo.

A *J1* aponta que com o feminismo se dá a mesma coisa. “Quando você começa a estudar ou a se envolver nesses assuntos a primeira coisa que vem à mente é ‘vamos pautar isso, fazer uma reportagem sobre’, mas não é só isso, a escolha das fontes que você vai ouvir, porque temos uma linha viciada na cabeça: ouvir sempre homens, sempre as mesmas pessoas. Existem outras formas de interferir”. Para a jornalista, o posicionamento político-ideológico gera esse tipo de influência sobre o trabalho e, ainda, ressalta que foi somente com o ganhar de força das discussões feministas após 2012 que começou a se dar conta de que as denúncias feitas pelos movimentos sociais também se verificavam em seu cotidiano profissional. Em seu relato, diz que passou

a reparar mais que era isso que estava acontecendo [preconceito de gênero], que não era porque eu era novata ou porque, sei lá. Comecei a encontrar essa resposta em outras situações. Você começa a reparar mais

se tem mulher em cargo de chefia ou não. Na verdade minhas primeiras chefes diretas foram mulheres, tem bastante mulher em redação, mas ainda tem aquela coisa dos assuntos que você vai tratar ou que são direcionados a você, o jeito como leem o teu texto (J1, 2020).

O incômodo causado pela percepção de como essas questões afetam a possibilidade de ascensão na carreira e/ou o livre desenvolvimento da atividade profissional dentro da empresa em que trabalha em relação ao menosprezo pelos pares, demonstra que os movimentos populares no mundo e especificamente no Brasil, que no caso denunciavam a forma machista das críticas à Dilma Rousseff, por terem em grande parte das vezes tinham como alvo a sua condição de mulher ao invés de focar em divergências de âmbito técnico de suas decisões, produziram ecos na maneira como pessoas em diferentes esferas viam a si e suas relações de trabalho. Trata-se do despertar para uma questão fundamentalmente política que ao longo da história foi mantida em um estado de normalidade forçada.

Já a J2 se mostra um pouco relutante a evidenciar seu posicionamento político. Diz ser “uma pessoa que tem muito mais afinidades com a o espectro de esquerda”. Para esta entrevistada, a vivência no ambiente universitário se mostrou significativa para o aprimoramento de seu modo de olhar para a sociedade, mas não atribui isso propriamente ao curso de Jornalismo que frequentou:

Posso dizer para você que passei a viver uma cultura política, por exemplo, na universidade. Foi ali que comecei a ter esse primeiro grande contato com a luta social, com essas questões que, enfim, fizeram-me entender o jornalismo como um instrumento muito mais importante do que a prática da redação. O ambiente universitário foi muito mais importante porque eu convivia com pessoas de diferentes áreas, de diferentes pensamentos, a gente tinha uma discussão muito aberta (J2, 2020).

Ambas as entrevistadas tiveram na educação recebida e no compartilhamento de espaços, seja no ensino médio ou superior – em instituições públicas – aprofundamento de suas orientações políticas. Enquanto jornalistas, carregam uma série de expectativas de conduta oriundas da ideologia profissional¹¹ (TRAQUINA, 2005; KOVACH, 2004), como fica a

¹¹ Nelson Traquina (2005) reflete que a ideologia do profissionalismo opera na constituição de uma identidade profissional, a qual gera influência sobre o pensamento e o comportamento dos membros da profissão e age na produção de sentido à experiência de trabalho. Assim a ideologia profissional orienta o comportamento dos membros de um grupo, uma profissão, que interagem entre si e compartilham códigos e signos. Kovach e Rosenstiel (2004) listam a ética da profissão, o serviço público, objetividade, atualidade e lealdade aos cidadãos

questão do posicionamento político-ideológico uma vez que ambas apontaram a luta social ou a defesa de pautas progressistas – por exemplo, a descriminalização do aborto e a identificação com movimentos feministas e de direitos humanos – como fator importante para o ingresso no jornalismo?

A questão política se mostra determinante na vida profissional segundo a fala das entrevistadas, o que evidencia de forma cada vez mais pujante com o avançar dos anos a proliferação das políticas neoliberais e o avanço dos discursos de conservadorismo nos costumes no Brasil (SOUZA, 2017). Um dos jornais que assumiu posição política à direita em 2013 foi um grande jornal do Paraná¹² em termos de circulação. Antes disso, a *J1* – que trabalhou nesse jornal – descreve que o repórter “até tinha um pouco de liberdade” para desenvolver seu trabalho, mas que isso foi sendo minado na medida em que o jornal fez com que a linha editorial ditasse de forma mais rigorosa o sentido dos textos das reportagens. A entrevistada descreve que “colegas que trabalharam lá há muitos anos em política e que faziam matérias investigativas já tiveram materiais engavetados” por conta de tratar de temas sensíveis aos ideais que o jornal tem.

A *J2* também trabalhou nessa imprensa, mas por um período mais longo, de sete anos. Esteve na redação no período inicial da crise política e econômica e permaneceu até depois das eleições de 2018. O jornal tomar uma posição política abertamente e ela, pessoa e profissional, ter visão de mundo oposta à da empresa – ser uma jornalista de esquerda em um jornal de direita –, nas palavras da entrevistada “o que muda é que você está ciente das diferenças” entre a visão de mundo dos editores, a linha editorial do jornal, e a da repórter.

Embora a jornalista declare posicionamento político de esquerda, ela permaneceu durante anos trabalhando em uma empresa que declara sua linha editorial de direita e que preza pelo conservadorismo de costumes e pelas ideologias liberais e neoliberais na economia. Essa questão nos leva a observar a relação de trabalho com a autonomia profissional, a qual enfraquece gradativamente, de acordo com o que descreve, de 2013 em diante. Jornalistas de esquerda em mídias de direita é uma questão debatida em âmbito nacional por Mick, Pontes e Douvan (2019), ao mostrarem que por mais que os jornalistas tenham se declarado serem de

como conceitos da ideologia profissional. São ideais de ação que fazem parte de uma crença compartilhada pelos membros do jornalismo e utilizadas como estratégia de legitimação de suas ações.

¹² Optou-se por não identificar nominalmente o jornal, para evitar exposição das profissionais.

centro-esquerda ou esquerda nos questionários aplicados, ainda assim trabalham em empresas que preconizam por coberturas voltadas de forma positiva para as pautas da direita.

Por mais que a auto-descrição da J2 a coloque como questionadora da ordem vigente, dos padrões impostos na sociedade, e evoque certo tom combativo, a relação que ela tinha no trabalho, de acordo com sua própria descrição, mostra que se colocou em condição de aceitação das regras da empresa em que trabalhava para manter o emprego. Nesse sentido, ela teve que abrir mão dos caminhos de apuração e produção jornalística que aprendera na universidade para desenvolver textos aprazíveis aos diretores do jornal. J2 declara que em alguns aspectos questionava os chefes imediatos sobre posturas a serem tomadas na cobertura, em outros ela fazia a matéria mesmo que não concordasse com as questões defendidas pela pauta, que era publicada sem a assinatura da jornalista, prática inclusive supervisionada pelo Sindicato dos Jornalistas do Paraná.

A J2 conta que a redação foi convocada para uma reunião em 2013 para que todos tomassem ciência de que “a partir daquele momento o muro que separava o jornalismo do dia a dia do editorial do jornal ficaria mais poroso”.

eles [chefes] foram muito claros que a gente não seria obrigado a fazer algo com o que não concordasse, desde recusar a produzir algo com que não concordasse: ‘eu, a favor do aborto, fazer uma matéria condenando o aborto’ poderia recusar ou fazer o material e não assinar. Esse é um acordo inclusive supervisionado pelo sindicato (J2, 2020).

Ela afirma que quando se trata de produções veiculadas pelo jornal que contêm cunho político mais evidente, “eram feitas por pessoas que conversavam mais com o editorial conservador nos costumes e liberal na economia” (J2, 2020).

As impressões demonstradas nos relatos das duas jornalistas vão ao encontro do descrito por Darnton (1990), o qual afirma a falta de autonomia dos repórteres para o desenvolvimento de seu trabalho. Para o autor, muitos jornais costumam estar divididos no que chama de “ducados semi-autônomos” (Darnton, 1990, p. 46), isto é, editorias com formas distintas entre si de pensar e produzir o jornalismo. Cada editor gera influências sobre o comportamento e o produto do trabalho de seus subordinados. Mas as principais mudanças ocorrem quando se dão na mais alta cúpula da organização jornalística, como o câmbio de propriedade ou de direção geral. Para o autor, “as alterações profundas na estrutura de poder de um jornal afetam o estilo

de redação dos repórteres, muito embora o pessoal em posição mais baixa não saiba exatamente o que se passa entre os editores e os executivos” (Darnton, 1990, p. 46).

A *J2* informou que jamais recebeu pressão no sentido de produzir algo que ferisse seus princípios pessoais em termos políticos, “mas é claro que você tem que se adaptar às regras e a algumas convenções que podem não parecer certas para você mas que definem o âmbito editorial do jornal como um todo”. A entrevistada exemplifica a questão editorial com a cobertura das ocupações às escolas públicas do Paraná em 2016 – uma forma de protesto dos estudantes contra a chamada PEC do Teto dos Gastos, que congelou os investimentos em saúde e educação por 20 anos, além de reivindicarem melhores condições de ensino. Naquele momento “tive que usar a palavra ‘invasão’ ao invés de ‘ocupação’ de uma escola pública, por exemplo. É claro que para mim os sentidos que existem nessas duas palavras são muito distintos, mas são ocasiões em que se tem que adaptar um pouco o vocabulário ao que o jornal quer e isso gera um pouco de conflito interno, mas nada agressivo ao ponto de te forçarem a publicar algo ou a reportar algo que você não acredita” (J2, 2020).

O relato da geração de conflito interno por conta do vocabulário exigido pela direção do jornal e aquele que a profissional costumeiramente utiliza reforça a falta de autonomia para a realização do trabalho, visto que a linguagem jornalística é orientada pela posição ideológica que o jornal toma. As duas entrevistadas confirmaram as respostas sobre a autonomia que deram no questionário de 2017, no qual disseram que foi afetada. Ao selecionar apenas as mulheres respondentes do questionário, percebe-se que a visão das entrevistadas segue o tom geral da categoria. A mudança no cenário político mudou a impressão das e dos jornalistas quanto a autonomia para o trabalho, mas com algumas diferenças entre homens e mulheres. Entre as mulheres que atuavam na mídia em 2012 e permaneceram no campo em 2017, 44,6% responderam que a crise “afetou” ou “afetou muito” a autonomia profissional; 26,1% relataram que “afetou pouco” e 23,5% disseram que não houve afetação negativa. Já entre os homens que estavam na mídia em 2012 e permaneceram em 2017, 35,9% afirmaram que a crise “afetou” ou “afetou muito” a autonomia; 27,3% disseram que afetou pouco e 30,9% dos respondentes não notaram afetação negativa.

Nesse sentido, é possível dizer que homens e mulheres sentiram de formas diferentes os reflexos da crise política e econômica, o que se percebe ao cruzar as respostas sobre o ambiente de trabalho de 2012 e 2017. Lembrando-se sempre que se tratam de 753 mulheres e 479 homens

respondentes (nota 8), em 2012, 237 homens e 280 mulheres atuavam na mídia, números que correspondem a 54% do total de profissionais sendo mulheres. Em 2017 esses números tiveram significativa alteração, com as porcentagens se igualando (50%) entre homens e mulheres: 172 homens e 171 mulheres. 65 homens deixaram o campo enquanto 109 mulheres deixaram de atuar na mídia no mesmo período; quando observamos quais profissionais estavam na mídia em 2012 e permaneceram em 2017, temos o dado de que 118 mulheres, enquanto homens são 138.

A *J2* aponta que o ambiente de trabalho influencia na maneira como o indivíduo se posiciona ou, então, na forma aberta ou não com que expõe suas convicções. “Diria até que muitos amigos passaram a adotar um discurso mais conservador quando **a empresa** (alteração nossa) passou a ser mais conservadora ainda e que não compraram o discurso do jornal, mas que para eles é muito mais fácil aceitar o que o jornal faz ou o que pede do que outros”, e assim também houve pessoas que se sentiram finalmente confortáveis para expor suas maneiras de pensar por convergirem com as características editoriais do jornal.

A *J2* também elenca que a ascensão a cargos de maior responsabilidade na redação leva em conta as características políticas dos “candidatos”. Afirma não notar preconceitos étnicos ou de gênero, mas sim a redução cada vez maior de pessoas que não sejam de Direita em cargos de chefia ou em espaços opinativos. Ao que diz: “está o ponto de pensar não apenas na sua produção da pauta diária, mas naquilo que você absorve no trabalho diário e suas reflexões a partir daquilo, o que fazem os colunistas, e foi suprimido”.

Na percepção dela, não importa somente se o profissional cumpre com o ordenamento do texto desejado pela direção da empresa em suas matérias, mas sim como se comporta e quais suas opiniões pessoais a respeito não somente das pautas, mas sobre a generalidade da sociedade.

Conclusão

O período de 2012 a 2017 trouxe demarcações históricas no âmbito político, econômico, social e no próprio campo do Jornalismo: ocorreram manifestações de rua periódicas, fortalecimento dos movimentos sociais, crise econômica, desemprego (no final de 2017 atingiu 12,3 milhões de pessoas), impeachment de Dilma Rousseff, fechamento de veículos jornalísticos e demissões em massa de jornalistas.

A participação das múltiplas mulheres no mercado de trabalho jornalístico, seja o formal com o informal, traz deslocamentos característicos os quais configuram a feminização do jornalismo (Rocha, 2019). As jornalistas mulheres brancas que representam a maioria da categoria no país (Mick; Lima, 2013), junto com as pardas e pretas foram as mais atingidas pela crise profissional no período de 2012 a 2017, ou pelo menos foram as que deixaram em maior quantidade o mercado de trabalho formal (ROCHA; KIKUTI, 2018) e mais precarizadas nas relações de trabalho (ROCHA, 2019). As mulheres impulsionaram o crescimento do posicionamento ideológico de Esquerda em 2017, comparado com 2012. Também foram as que mais sentiram perda de autonomia profissional e interferência da empresa jornalística na prática diária. Duas jornalistas do Paraná, uma parda e a outra branca, que vivenciaram esse período e participaram das duas pesquisas, em 2012 e 2017, declararam em entrevistas qualitativas serem de esquerda e apontaram pistas para compreender as motivações das suas escolhas. Ambas atuaram em um jornal da capital, o qual demitiu 115 jornalistas (VOLT LAB DATA, 2018) durante o contexto das demissões coletivas.

Entre as pistas destacamos:

- 1) A formação escolar e acadêmica interfere no posicionamento político. Ambas trouxeram a formação crítica em ciências humanas e sociais que receberam no ensino escolar e na universidade pública, perpassando pela formação profissional e preocupação com o social;
- 2) Aderência aos movimentos sociais e feministas que se fortaleceram no período de acirramento político e crise econômica;
- 3) Discordância com a linha política conservadora adotada pela empresa em que atuavam no momento em que participaram do questionário, com os cortes de profissionais e com a interferência direta da empresa no trabalho jornalístico.

A discussão não teve a pretensão de reduzir o universo das respondentes da pesquisa de Perfil dos Jornalistas (2012) e de Trajetórias Profissionais (2017) às informações coletadas em entrevista com apenas duas jornalistas, mas sim compreender as perspectivas e vivências dessas profissionais mulheres pelo viés de gênero, para apreender aspectos da feminização dentro do recorte proposto nesta discussão: percepção de jornalistas mulheres sobre a crise política e social que se verificou no país entre 2013 e 2017.

Referências

- ALMEIDA, A. C. "À esquerda dos números, à direita dos fatos". **Insight Inteligência**, vol. 15, out.-nov.-dez., 2001.
- BANDEIRA, A. P.B. da S. **Jornalismo e feminização da profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. Tese. Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- BUITONI, D. S. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Summus. 2009.
- CHARRON, J.; DE BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Ed. Insular, 2016.
- DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DOUVAN, A. S.; PONTES, F. S. Dados políticos e ideológicos dos jornalistas brasileiros: uma análise das trajetórias profissionais de 2012 a 2017. In: **Anais do XXII Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação**. Ponta Grossa: UEPG, 2019.
- DUARTE, C. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX – dicionário ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FÍGARO, R. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Atlas, 2013.
- HIRATA, H., KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. Costa, A. De O.; Sorj, B.; Bruschini, C.; Hirata, H.(Orgs). **Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- KIKUTI, A.; ROCHA, P. M. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. In: **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, 16, realizado na Faculdade FIAM-FAAM e na Universidade Anhembí Morumbi de 7 a 9 de novembro de 2018. Anais... São Paulo:SBPJOR, p.1-14, 2018.
- KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. 2.ed. São Paulo: Geracao Editorial, 2004.
- LELO, T.V. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional**. Tese. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- LEITE, A. T. B. **Profissionais da mídia em São Paulo: Um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo**. São Carlos: UFSCar, 232p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- LICHTER, S; ROTHAM, S. The Media Elite: White, Male, Secular and Liberal. **The Washington Post**, 1986.

MEDITSCH, E. B. V. O jornalismo é uma forma de conhecimento? In: **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>, 1997.

MIGUEL, L. F. **Dominação e resistência** – desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

MICK, J. (Coord.); LIMA, Samuel (Coord.). **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MICK, J.; PONTES, F.S.; DOUVAN, A. Jornalistas de esquerda em mídias de direita: autoidentificação ideológica e práticas de trabalho no jornalismo brasileiro (2012-2017). In: **19º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Florianópolis. Anais do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia. Florianópolis: SBS, 2019.

PEREIRA, F. H. Objetivação e Triangulação Metodológica em Entrevistas de Pesquisa com Jornalistas: análise de uma carreira profissional. **Revista Parágrafo**, v. 2, p. 47-68, 2014.

ROCHA, P. M. **A feminização no jornalismo como uma categoria de análise em construção**: as transformações no mercado de trabalho, dissimetrias estruturais e conquistas. Monografia apresentada à banca avaliadora como requisito para ascensão na classe de professora associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação e Realidade**. Uma publicação semestral da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol. 16, n.2. Jul/Dez, 1990.

SILVA, M. V. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VOLT DATA LAB. A data-driven news agency. Disponível em: <<https://www.voltdata.info/>>. Acesso em 13.fev.2021, 2018.

YANNOULAS, S. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, N.22, jul./dez. 2011. p.271-292.